

Para quando uma nova crise económica ou financeira mundial?

A resposta só pode ser especulativa. Mas as crises são cíclicas; são resultado de erros acumulados que depois são evidenciados com a crise. Há crises resultado de falhas de mercado, de erros de Estado, de falhas de regulação, de infracções à ética, de excessos de euforia económica que normalmente cria bolhas, mas sobretudo, hoje, cada vez mais as crises são globais e têm efeitos sistémicos brutais e alargados. Aprendemos muito no curto prazo e nada a longo prazo. A tendência para passarmos do medo ao esquecimento é muito forte. Ou seja, má gestão, desregulação financeira, derivados financeiros sobrevalorizados mas artificialmente apoiados pelas agências de *rating*, créditos hipotecários de alto risco (subprime), que funcionaram como um rastilho para a crise que rebentou, já são coisa do passado. Passado que não é assim tão raro. Desde 1970 já vivemos quatro crises de grande dimensão (em 1975, 1982, 1991 e 2008) e dois sustos (1998 e 2001). Mas estes e outros riscos existem e, infelizmente, a história repete-se sempre.

O resgate aos activos tóxicos da banca de 700 mil milhões de dólares e depois um plano de estímulo de 790 mil milhões (quase 600 mil milhões e 676 mil milhões de euros, respectivamente) não serão repetíveis. Ainda hoje continuamos a ter injeção artificial de liquidez e taxas de juro anormalmente baixas e, por isso, pouco pedagógicas. Continua, por conseguinte, a ser perigosa a intervenção dos bancos centrais e a injeção brutal de liquidez porque é paliativo que esconde mazelas, não resolve os problemas de base e não vai durar para sempre. A crise das dívidas soberanas que levou mesmo a resgates à Grécia, Portugal, Irlanda e Chipre, enquanto Espanha recebeu apoios para o sector financeiro, num total de quase 500 mil milhões de euros, pode ter agora ondas de choque em economias bem mais relevantes como a China, a Itália, o Brasil, a Rússia, a Índia, a Hungria, a Argentina, a Turquia e a África do Sul e a resposta pode não chegar ou chegar com custos bem mais elevados. A dívida sempre foi parte do sangue do capitalismo e foi eleita por algumas escolas de economistas como o inimigo público número um. Certo é que depois da hecatombe, a dívida aumentou quase 40% nos últimos 10 anos. Saltou de 69 mil milhões de dólares no primeiro trimestre de 2008 para 247 mil milhões no primeiro trimestre de 2018. Se houver uma convergência em 2019 e 2020 para uma subida generalizada das taxas de juro nas economias desenvolvidas, os devedores em moeda estrangeira, sobretudo em dólares e euros, vão sentir um profundo e violento choque. E há ainda várias economias desenvolvidas que valem 10% do PIB mundial que vão por certo entrar em violento processo de desalavancagem: Austrália, Canadá, Hong Kong, Coreia do Sul, Nova Zelândia, Noruega, Suécia, Suíça e Reino Unido. Isto para além de Trump, de Putin, do “Brexit”, da chegada do

populismo ao poder, das migrações, da guerra comercial como arma política nas relações internacionais, do unilateralismo e do protecionismo.

Apesar da intensificação da regulação do sector financeiro, da restrição de certas actividades por parte dos bancos nos EUA e do aumento dos requisitos de capital exigidos aos bancos tanto nos EUA como na Europa, o crescente endividamento na economia real e a alavancagem nos investimentos financeiros deveria ser mais moderada e o capital próprio deveria ser sempre privilegiado. A diminuição dos lucros do sistema bancário devido à imposição de medidas regulatórias apertadas, a longa e penosa recuperação económica pós crise, provocou uma diferença ainda maior entre os mais ricos e os mais pobres. A situação económica e financeira está a agravar-se devido à elevada injeção de massa monetária em todos os mercados. O crédito imobiliário tem vindo a aumentar e o crédito ao consumo a disparar. Ao *boom* do imobiliário está a seguir-se outro o *boom* do crédito à habitação. A estagnação dos rendimentos de trabalho desincentiva o investimento na economia real, o que se traduz num crescimento económico anémico e muito à custa de choques fiscais e de percepções irreais. Escasseando as oportunidades para investimento produtivo, os super-ricos e os países com excedentes externos acabam por aplicar as suas poupanças em actividades cada vez mais especulativas (imobiliário, acções, matérias-primas, etc), que quase não criam emprego e geram instabilidade. A banca e sobretudo a banca portuguesa continua cheia de dívidas e, no mercado interno, o investimento está em mínimos históricos, assim como o crédito às empresas. A economia nacional continua a evidenciar falta de investimento e de poupança. O crescimento da economia está muito sustentado no consumo. Há um aumento da dívida mundial. Nos países da OCDE, a subida foi na dívida privada, nos países emergentes, designadamente na China, foi nas empresas. Financeiros americanos e de Londres fazem jogadas especulativas sem terem cuidado com a dimensão e a natureza dos riscos assumidos... por terceiros.

Grandes movimentos de capitais geram grandes oscilações cambiais e forte desvalorização das moedas. Veja-se o que aconteceu com a moeda turca e com a moeda argentina. A que acresce a nova loucura das criptomoedas e a sua irracionalidade. Os agentes económicos têm pouca memória e isso gera a repetição de erros. Os governos e os bancos centrais já não têm certamente as munições que tinham em 2007 e a desconsideração da poupança, as remunerações baixas, as taxas próximas do zero, com impostos em Portugal de 28% sobre a fraca remuneração e de 50% nos rendimentos da classe média alta, não permitem o investimento das pessoas e das famílias, sendo que as empresas continuam a recorrer excessivamente a capitais alheios em vez de lançar mão de capitais próprios, com níveis gerais elevadíssimos de endividamento da economia, do Estado, das

peçoas, das famílias e das empresas. Tudo isto, a não ser revertido, só pode vir a correr muito mal...

Carlos Pinto de Abreu